

1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL  
3 ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
4  
5

6 Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, na  
7 sede da SEMA/DF, Brasília, DF, ocorreu a 32ª reunião ordinária do Conselho de Recursos  
8 Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do seu presidente, o Secretário  
9 de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Não havendo quórum para a  
10 abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se  
11 presentes a Conselheira ANDREA VULCANIS/SEMA, que presidiu a reunião, e os seguintes  
12 Conselheiros (as): MARIA CRISTINA COIMBRA MARODIN/SEMA, EDNA AIRES/SEGETH,  
13 JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO/SEAGRI, JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO/SINESP, ANALDA  
14 LIMA DOS SANTOS/SES-DF, MARIA DO CARMO MAGALHÃES CEZAR/CAESB,  
15 DAIANE MALAMIM CORREIA/CEB, GEOVANI MULLER/SRDF, ANA PAULA DIAS DE  
16 CASTRO MACHADO PESSOA/FIBRA, TEREZINHA LIMA/ÚNICA, JOSÉ BRILHANTE  
17 NETO/CBH-PRETO, JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR/UnB, LUIZ ERNESTO  
18 BORGES DE MOURÃO SÁ/FÓRUM de ONGs, Participaram como ouvintes: Mona Grimouth  
19 Bittar/SEMA, Juliana Pinheiro Gomes/ADASA, Karine Karen Martins Santos  
20 Campos/IBRAM, Maria Sílvia Rossi/SEMA, Hudson Rocha de Oliveira/ADASA e Maurício  
21 Laxe/ICMBio. PAUTA e DELIBERAÇÕES: 1. Ordem do dia: item 1a - Apreciação e votação  
22 das Atas da 25ª RO, 26ª RO e 27ª RO As Atas foram aprovadas por unanimidade e assinadas  
23 nesta reunião. item 1b - Apresentação sobre a cobrança de água bruta do DF - ADASA. A  
24 apresentação foi proferida pelo Sr. Hudson (Adasa) apresentou como se encontra a questão de  
25 cobrança dos recursos hídricos no DF (rios distritais e federais), abordando os seguintes pontos:  
26 O processo de cobrança foi desenhado com base na Lei 9.433/97 – Lei da Política de Recursos  
27 Hídricos. Processo de cobrança no comitê do Paranaíba: teve manifestação dos comitês com  
28 atuação na área da Bacia do rio Paranaíba; Pacto de Gestão-comitês/órgãos gestores  
29 (planejamento e nivelamento de conceitos; discussão e proposta de mecanismo; aprovação pelas  
30 plenárias dos comitês; discussão e proposta de valores; indicativos de aplicação dos recursos no  
31 primeiro ano; aprovação pelas plenárias dos comitês; discussão da proposta de mecanismos e  
32 valores; aprovação pelas plenárias dos conselhos). Criação de instância de integração para  
33 articulação institucional entre os comitês (planejamento e nivelamento de conceitos; discussão  
34 sobre personalidade jurídica; decisão delegatária ou consórcio público; indicação aos conselhos;  
35 discussão da criação e indicação da agência; aprovação pelas plenárias dos conselhos).  
36 Necessidade da cobrança devido ao crescimento populacional e conseqüentemente intensificação  
37 de atividades produtivas. Acarretam problemas relacionados a água com conflitos e limitação de  
38 usos (atuais e futuros); mudança de conceito em relação a água: de renovável e abundante para  
39 limitado e escasso; água passa adquirir maior valor: necessidade de instrumentos de regulação  
40 (comando-controle e econômicos). Base legal: LEI Nº 9.433/97, que dispõe sobre Política de  
41 Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Fundamentos da Política:  
42 i. a água é um bem de domínio público; ii. a água é um recurso natural limitado, dotado de  
43 valor econômico; Art. 5º - Instrumentos da Política: Planos de Recursos Hídricos;  
44 Enquadramento de Corpos de Água; Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos; Cobrança  
45 pelo Uso de Recursos Hídricos; Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. Objetivos da  
46 cobrança: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real  
47 valor; incentivar a racionalização do uso da água; obter recursos financeiros para o  
48 financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. O  
49 que é cobrado: Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga; São sujeitos a  
50 outorga os usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água (derivações,  
51 captações, extrações, lançamentos, aproveitamentos hidrelétricos). São isentos de outorga usos  
52 para satisfação de pequenos núcleos populacionais e derivações, captações, lançamentos e  
53 acumulações considerados insignificantes. Uma vez que se cobra, o que será feito com os valores  
54 arrecadados? Os valores arrecadados serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica de

55 origem: I- no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de  
56 Recursos Hídricos; II- no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos  
57 órgãos e entidades integrantes do SINGREH (limitado a 7,5% do total arrecadado). Os valores  
58 arrecadados serão aplicados a fundo perdido. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos: CNRH  
59 e CERH (estabelece critérios gerais para cobrança e definir valores a serem cobrados), Comitês de  
60 Bacias Hidrográficas (aprova o plano de recursos hídricos e propõe ao conselho usos de pouca  
61 expressão; estabelecer os mecanismos de cobrança e sugerir os valores a serem cobrados), Órgão  
62 Gestor (implementar a cobrança em articulação com os CBHs; subsidiar definição do conselho e  
63 efetuar a cobrança) e Agências de Água (analisar projetos e obras a serem financiados com  
64 recursos da cobrança; administração dos recursos arrecadados; elaborar o plano de recursos  
65 hídricos; propor ao CBH: a- os valores a serem cobrados e b- o plano de aplicação dos recursos  
66 arrecadados com a cobrança). O estágio da implementação da cobrança pelo uso de recursos  
67 hídricos no DF. DF tem três comitês: CBH do Maranhão; CBH do rio Preto e CBH do Paranoá.  
68 Citou a Moção Conjunta CBHs DF nº 01/2017, que recomenda à Agência Reguladora de Águas,  
69 Energia e Saneamento Básico a elaboração de estudos sobre cobrança pelo uso da água nos  
70 corpos hídricos do DF. O papel da ADASA foi subsidiar estudos técnicos para o estabelecimento  
71 da cobrança; foi contratada uma consultoria: Produto 1- Diagnóstico das bacias hidrográficas do  
72 Distrito Federal, dados sobre a cobrança no Brasil e seminário com os comitês de bacias  
73 hidrográficas. Produto entregue no dia 24/09/2017. Produto 2- Proposta de modelo de cobrança  
74 por bacia hidrográfica do Distrito Federal. Produto 3 – Relatório das atividades de difusão e  
75 apoio na discussão e estabelecimento de proposta da cobrança por bacia hidrográfica, contendo  
76 as alterações deliberadas por cada comitê de bacia. Os produtos desta contratação foram  
77 apresentados para os três Comitês de Bacias e para o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito  
78 Federal (CRH/DF), em reunião realizada no auditório da ADASA no dia 04 de dezembro.  
79 Modelo de cobrança proposto para o DF: Metodologia da Bacia do Rio Paranaíba: Recursos  
80 totalmente repassados aos comitês; Classe de enquadramento do corpo d'água onde se faz a  
81 captação; Índice de Perdas na Distribuição do prestador de serviço; Índice de reutilização e  
82 Índice de água de reuso. Rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou  
83 coletivo. Estimativa do Total a ser Arrecadado por Setor Usuário: Arrecadação total R\$  
84 5.529.646,00. Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos no Comitê do Paranaíba. Deliberação nº  
85 61/ 2016, que dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de  
86 domínio da União, propõem as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca  
87 expressão na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e dá outras providências. Citou a Resolução  
88 CNRH nº 185/2016, que aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos  
89 hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba. Aplicação dos recursos:  
90 Os recursos financeiros obtidos por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos têm  
91 destinação específica: a recuperação das bacias hidrográficas em que são gerados. De acordo  
92 com a Deliberação aprovada pela Plenária do CBH Paranaíba, 60% dos recursos oriundos da  
93 cobrança deverão ser investidos, prioritariamente, nos estados onde foram arrecadados e em  
94 consonância com o Plano de Recursos Hídricos da bacia. Aplicação dos recursos oriundos da  
95 cobrança pelo uso de recursos hídricos no comitê do Paranaíba no DF: Gestão será feita pela  
96 ABHA. Projeto aprovados: 1º - Reservação de Água em Pequenos Reservatórios Revestidos.  
97 Objetivo: Incentivar e fomentar a reservação de água em pequenos reservatórios visando melhor  
98 uso e gestão da água. Bacia será aplicada: reservatórios revestidos na bacia do Alto Rio  
99 Descoberto. 2º - Implantação de Poços Tubulares Profundos em Propriedades Rurais. Objetivo:  
100 Incentivar e fomentar a utilização de água subterrânea de maneira melhorar o uso e gestão da  
101 água (aumentar a oferta de água para Brazlândia). 3º - Hidrômetro Para Todos. Objetivo:  
102 Promover o controle e o monitoramento do uso de recursos hídricos na bacia. Conservação de  
103 Água e Solo na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto e Pípiripau. Objetivo: Manejo de solo e  
104 água com utilização de práticas mecânicas de conservação de solo na bacia do Descoberto e do  
105 Pípiripau visando à recuperação e manutenção da vazão de bases dos córregos tributários do lago  
106 da barragem do Descoberto e do Ribeirão Pípiripau; 4º - Conservação de Água e Solo na Bacia  
107 Hidrográfica do Alto Descoberto e Pípiripau. **Objetivo:** Manejo de solo e água com utilização de  
108 práticas mecânicas de conservação de solo na bacia do Descoberto e do Pípiripau visando à

Alto

Rio

Descoberto

Pípiripau

SP

SP

109 recuperação e manutenção da vazão de bases dos córregos tributários do lago da barragem do  
110 Descoberto e do Ribeirão Pipiripau; 5 - Capacitação, armazenamento e aproveitamento de águas  
111 pluviais em escolas públicas para usos múltiplos da água - Cisternas e Viveiros nas Escolas.  
112 Objetivo: aumentar a resiliência hídrica das escolas. 6º - Recomposição de vegetação nativa do  
113 Cerrado por semeadura direta (muvuca de sementes) na bacia do Rio Descoberto. Objetivo:  
114 recompor 10 ha vegetação nativa do Cerrado na BH do Alto Rio Descoberto, com vistas à  
115 produção de água e melhoria de parâmetros qualitativos da água; 7º - Implantação de Saneamento  
116 Básico em comunidades rurais do DF – vl. Objetivo: Disponibilizar saneamento básico em  
117 propriedades rurais do DF, com ênfase em agricultores familiares e assentados da reforma  
118 agrária; Abrangência bacia do Descoberto e Pipiripau. Custos dos sete projetos: R\$  
119 1.465.502,35. Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos no Comitê do São Francisco. Da  
120 composição: o DF tem um representante. Resolução CNRH nº 108/2010, que aprova os valores  
121 para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.  
122 Aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos no comitê do São  
123 Francisco: Gestão será Agência Peixe Vivo. Projeto de recuperação hidroambiental na Bacia  
124 Hidrográfica do Rio São Francisco Bacia do Rio Itaguari – Cocos/BA. Plano municipal de  
125 saneamento básico. O DF não recebe recurso dessa bacia. Desafios para o DF efetivar a gestão  
126 integrada (Diferentes comitês: União/GO/MG/MS/DF): i) regulamentos harmonizados (casar os  
127 recursos); ii) planejamento unificado; iii) cobrança implementada em toda bacia  
128 (fórmulas/valores harmonizados); iv) agência de água única (ganho de escala); v) mais recursos  
129 para recuperação da bacia. Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos: Não é um imposto nem  
130 taxa; É um preço pela utilização de um bem público, fixado a partir de um pacto entre os  
131 usuários de água, sociedade civil e poder público no âmbito do comitê de bacia; Utilizado como  
132 instrumento de gestão: para internalização dos custos ambientais e para uso racional da água;  
133 Arrecadação não fica com os órgãos gestores; Todo recurso arrecadado retorna à bacia e é  
134 empregado conforme decisão dos comitês de bacia, seguindo o plano da bacia, e  
135 operacionalizado pela agência de água. A seguir a presidente abriu espaço para considerações. A  
136 Senhora Maria Silva (Sema) salientou a necessidade de se fazer um esforço articulado de  
137 consolidação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Lembrou que 2013 o CRH  
138 aprovou, mediante resolução, que o DF teria uma agência única de bacia. Isso para evitar que a  
139 cobrança fosse feita nos comitês nacionais, com critérios diferenciados e sem coerência. E via de  
140 regra, para a maioria dos comitês nacionais o abastecimento é a principal fonte de recursos.  
141 Informou que houve bastantes discussões profundas com o comitê da bacia do Paranaíba até se  
142 conseguir o compromisso, firmado formalmente, de que uma parte dos recursos voltaria para a  
143 bacia de origem. Ressaltou que a função da cobrança não pode ser no sentido de substituir as  
144 responsabilidades dos governos estaduais nas questões de saneamento básico e, é isto que está  
145 acontecendo. Os governos estaduais estão se retirando e sobrando para os comitês de bacias  
146 proverem o saneamento básico; essa é uma discussão federativa de grande importância. Citou  
147 que na reunião do Paranaíba, em Goiânia - 2013 e 2014, foi levantada a questão do DF ter um  
148 voto no comitê, pois o DF tem 2% da área territorial da bacia do Paranaíba e 23% da população  
149 existente na bacia. E que a representatividade é por área e/ou pela população; que se pode é  
150 cobrar pelo volume de água usado pela população e a representatividade ser por área. E que são  
151 discussões de fundo que o DF tem de está atento, porque a cobrança vai refletir essas distorções  
152 no sistema. A discussão de uma agência única de bacia ela urge. É preciso compatibilizar a  
153 cobrança do Preto com o Paranaíba rapidamente e a do Maranhão em breve começará também.  
154 Essa discussão é urgente no CRH temos que ter uma compatibilização dos critérios e da locação  
155 dos recursos de forma que este volte para a bacia. Esta bacia é muito intensiva em água a  
156 discussão de enquadramento com o Paranaíba expressou essa dificuldade. Sugeriu como  
157 prioridade para discussão no CRH a instauração de um processo de amadurecimento e  
158 fortalecimento e de integração. É preciso autonomizar e fortalecer os comitês e para que isso  
159 aconteça temos que ter uma agência. Instaurar um processo para discutir os projetos estratégicos,  
160 pois temos que olhar de fato a antecipação de problemas que veem do adensamento urbano e o  
161 impacto que vai ter nos corpos hídricos, citou, por exemplo, o lançamento de matéria orgânica de  
162 efluente tratado. É preciso tanto da agência, quanto da discussão de quais os projetos prioritários

CP  
P  
S  
A  
CS

163 e o porquê, para inclusive que este conselho venha a ter clareza das negociações e delegar  
164 competente negociação aos entes que são mais ativos e já estão fazendo isso, com orientações  
165 claras. Porque às vezes o ente tem um acompanhamento, negocia e o conselho não tem  
166 conhecimento do que está acontecendo. Manifestou sua preocupação com o fortalecimento do  
167 sistema e necessidade de empoderar os nossos negociadores para nos representar fora do DF,  
168 mas tendo clareza de qual a regra dentro do DF e o conjunto de projetos a serem aplicados, que  
169 busquem atender o conjunto de desafios do DF. E a presença da agência vai florescer essa  
170 análise integrada. O que está acontecendo é a transferência de recursos entre as unidades da  
171 federação sem a discussão dos governos estaduais através dos comitês nacionais. Portanto, urge  
172 uma agência, urge autonomizar os comitês de bacias através da agência e urgê entender como  
173 vamos aplicar os recursos de cobrança e ter voz. Propôs que nas próximas reuniões tecesse essas  
174 discussões porque as cobranças vão se intensificar e devemos ter uma posição de estado neste  
175 conselho e apoiar nossos negociadores com mandato. A seguir a conselheira Maria do Carmo  
176 (Caesb) lembrou que na reunião do CRH onde foi feita a apresentação pelo consultor, contratado  
177 pela Adasa, foi verificado que existe um problema nos valores, com relação a uma superposição;  
178 ressaltou sobre a questão da dominialidade: a Ana considera alguns rios enquadrando tudo como  
179 classe 2 o que no enquadramento do DF seria classe 3 e citou como exemplo o Torto. A seguir o  
180 Conselheiro Koide (Unb) parabenizou pela apresentação e manifestou ver com bons olhos a  
181 questão da cobrança do uso da água, porém, e no entanto, disse não ser o momento oportuno,  
182 pois a situação ainda se encontra num estágio embrionário, e que tem vários elementos na  
183 apresentação que deixam isso claro e isso precisa ser discutido neste conselho, que é  
184 teoricamente o mais representativo da população e dos vários setores da população e isso ainda  
185 não foi feito de forma adequada. Pois estamos saindo de uma crise hídrica extremamente  
186 traumática, socialmente falando, e a população encararia essa cobrança como mais um imposto e  
187 como mais uma consequência de ser população. Nesse momento disse achar inoportuno que seja  
188 levado a população. Outro problema citado foi com relação ao emprego de quase R\$ 1.500.000  
189 que foi discutido com alguns órgãos e disse não lembrar disso ter sido discutido no CRH, isso  
190 mostra que ainda não estamos maduros suficientes para discussão, isso fica unilateral. Outro  
191 ponto extremamente preocupante é a reservação de água em pequenos reservatórios, pois está  
192 cientificamente provado, que pequenos reservatórios criam mais danos nas bacias hidrográficas  
193 que grandes reservatórios, essa questão também não foi discutida neste conselho. Finalizou  
194 alertando que são recursos que estão sendo empregados que não foram discutidos de forma  
195 adequada e se lançarmos uma implementação de tarifa nesse momento, na verdade a gestão, ela é  
196 muito duvidosa e citou como exemplo o oriundo da CTPA do CRH, do qual faz parte. Disse ter  
197 discutido a questão do recurso vindo da ANA para a Adasa o qual não foi empregado de acordo  
198 com a lei. E questionou se esse recurso da cobrança, que também será gerido pela Adasa, vai ter  
199 a mesma perspectiva? A implementação desse recurso não está sendo discutida de forma  
200 adequada, pois não temos uma agência unificada para fazer a gestão dos recursos hídricos do  
201 Distrito Federal. Citou por exemplo a ABHA, que é uma agência, que não é governamental, e  
202 sim do terceiro setor. Não é o caso, da Adasa que é governamental, então quando diz que o  
203 dinheiro não entra no governo entra sim, numa autarquia, e a gestão é governamental, como  
204 entra na ANA. Disse não ter nada contra esta perspectiva da Adasa gerir os recursos, desde que  
205 isso esteja muito claro e discutido dentro do CRH e não dessa forma como está sendo  
206 apresentado: uma formatação pronta para que o conselho aprove. É preciso ser mais discutido,  
207 mais elaborado, mais amarrado com os organismos, definidos claramente seus papéis para que  
208 possa ser implementada a tarifa de utilização da água. Ana Paula (Fibra) questionou qual será a  
209 metodologia para o uso dos recursos dos rios federais do CBH do Paranaíba no DF em 2019. E  
210 solicitou que o representante do DF no CBH do Paranaíba trouxesse para o CRH informe do que  
211 está sendo debatido no comitê. O Conselheiro Mourão (Fórum ONGs) manifestou a necessidade  
212 de instrumentos específicos que falem sobre o processo em andamento e o GT de outorga, que  
213 está fazendo os pressupostos básicos para outorga e cobrança no âmbito do Distrito Federal,  
214 sugeriu que fosse encaminhado para CTPA uma norma geral sobre os parâmetros de negociação  
215 para todos os representantes públicos do DF nas negociações dos comitês de bacias. E pediu que  
216 haja um pressuposto básico aprovado pelo CRH. O conselho aprovou os seguintes

SP

217 encaminhamentos: ao final da avaliação dos trabalhos do GT de outorga se retome a discussão,  
218 com mais clareza, para saber se esse tipo de trabalho é o que interessa para a cobrança ou não e  
219 então dá um encaminhamento único para o pleno apreciar. A seguir a presidente ressaltou que  
220 essa questão da definição de papéis entre os órgãos do Sistema de Recursos Hídricos do DF é  
221 uma demanda recorrente e se iniciou com uma tratativa de levar essa questão entre os órgãos  
222 para um aprofundamento da discussão entre esses órgãos gestores de recursos hídricos no DF  
223 para que seja mais bem clarificados e delineados e recomendou uma nova diretriz nessa situação.  
224 E que sugeriu que a discussão sobre a questão da dominialidade dos rios no DF aconteça. Que o  
225 representante do DF no CBH traga os relatos do que está sendo discutido para o conhecimento  
226 dos conselheiros. E os parâmetros para que os representantes do DF nos representem nos comitês  
227 federais. A seguir o **item 1c** - Apresentação da curva hídrica no DF – ADASA. A Sra. Juliana  
228 inicia sua apresentação tópico 1- mapa comparativo da Precipitação no Ano Hidrológico  
229 2017/2018 com a Média Histórica (1979 – 2017) do acumulado de setembro a abril. Tópico 2-  
230 demonstra gráficos de precipitação acumulada de chuvas ocorridas na Estação Descoberto  
231 Barragem entre os períodos de 2016-2017 e 2017-2018, o qual se verificou que a precipitação  
232 acumulada no reservatório do Descoberto foi inferior à média, porém superior ao ano  
233 hidrológico passado (17% acima do ano passado e 23° abaixo da média). Informou que a Adasa  
234 publicou a Res nº 08/2018, que trouxe a curva de acompanhamento do volume útil do  
235 reservatório do Descoberto. Essa curva ela foi elaborada com premissas conservadoras  
236 considerando uma captação média mensal de 4.3 e considerou também as vazões afluentes no  
237 reservatório do Descoberto os piores dados de vazão dos afluentes em 2017 e considerou  
238 também o aumento do horário de captação. E o menor volume útil do reservatório do Descoberto  
239 chegaria a 21.9, o reservatório não abaxaria de 20%. Tópico 3- ela traz informações sobre curva  
240 de referência para o acompanhamento do volume útil do reservatório do Descoberto. O  
241 acompanhamento das vazões dos afluentes do Descoberto: medição feita semanalmente e  
242 apresentou os dados atualizados dos seis tributários do reservatório e informou que a média  
243 mensal das nossas vazões dos afluentes até o momento estão superior as bases dois últimos anos.  
244 Tópico 4 - ela traz informações sobre as Vazões afluentes ao Reservatório do Descoberto Média,  
245 2016, 2017 e 2018, tópico 5 - ela apresenta dados referentes à Chuva na Estação de Santa Maria  
246 - Barragem 2016/17, 2017/18 e Média histórica. Em seu tópico 6 - ela traz o percentual da Curva  
247 de referência para o acompanhamento do volume útil (%) do Reservatório Santa Maria e finaliza  
248 com dados sobre as Vazões afluentes ao Reservatório Santa Maria, a Média, 2016, 2017 e 2018.  
249 Item **1d** - Apresentação do Grupo de Trabalho para elaborar estudo preliminar das Normas  
250 Gerais de Outorgas – SEMA-GT Sra. Maria Silvia apresentou os componentes do GT e  
251 manifestou agradecimento a todos que se esforçaram para realização dos estudos. Apresentou a  
252 metodologia aplicada: Estudo do Marco Legal vigente (Federal e Distrital) – **anexos do**  
253 **documento. Levantamento dos problemas e desafios do território e da tomada de decisão:**  
254 **Planejamento – impacto dos pressupostos e das diretrizes gerais/CRH e Gestão – processos**  
255 **de Licenciamento Ambiental e Outorga. Manter o grau de liberdade da CTPA embora**  
256 **apresentando pressupostos consistentes e orientadores.** Os pressupostos são: 1- Todo  
257 instrumento que incide no território possui um valor econômico a ele associado, e provoca  
258 impacto econômico no território. 2- Os Recursos Hídricos/Águas como Elementos Norteadores  
259 do Planejamento Territorial. 3- Sincronia das Ações entre os Órgãos do DF para a Tomada de  
260 Decisão no âmbito da Outorga. 4- Gestão INTEGRADA dos Estoques de Água Superficial e  
261 Água Subterrânea. 5- Inserção dos Riscos Ecológicos do território no processo de Outorga. 6-  
262 Uso de diferentes Escalas de Trabalho para Análise dos Impactos na disponibilidade Hídrica nos  
263 processos de Outorga: A escala de trabalho para análise deve considerar o impacto que o  
264 empreendimento pode causar na área de influência direta; Tudo que altera significativamente o  
265 regime hídrico natural. 7- Alocação de Água considerando a “Vazão Ecológica”: Vazão que  
266 assegura a sustentabilidade da vida aquática e ripária. 8- Alocação de Águas considerando os  
267 Usos Múltiplos, o Uso Eficiente e Eficaz, e os Impactos da Atividade na Bacia Hidrográfica, 9-  
268 Análise Sistemática do Balanço Hídrico: Que se repete a intervalos regulares, sequentes e  
269 sucessivos assegurados de uma base de comparação comum. 10- Mensuração Sistemática da  
270 Capacidade de Autodepuração dos Corpos Hídricos considerando os diversos tipos de

Adria

de

e

de

de

271 Lançamentos e Retiradas dentro da Bacia Hidrográfica: Incluem drenagem, efluentes e  
272 lançamentos difusos. O conceito de Bacia Hidrográfica é o de ÁREA DE INFLUÊNCIA  
273 DIRETA. 11- Mensuração Sistemática do Impacto da Drenagem Pluvial nas Águas (Quantidade  
274 e Qualidade) e nas Áreas Ripárias, 12- Implantação de Pontos de Controle e/ou Monitoramento  
275 Intermediários nas Sub-bacias: Considerando não somente o Ponto de Controle da UH mas  
276 também a área de influência direta da captação e lançamento - que é a área efetiva de influência  
277 da outorga no sistema. A avaliação poderá ser quantitativa e/ou qualitativa. 13- Promover, no  
278 processo de outorga - sempre que couber - os resguardos necessários buscando assegurar os  
279 Usos Essenciais e minimizar os Usos Perdulários no DF: Por exemplo, atualmente, não há  
280 mecanismos que possibilitem, por exemplo, à concessionária, os meios para coibir diretamente o  
281 uso perdulário do consumidor final (exemplo: "vassoura d'água"). Ferramentas tais como o  
282 mapeamento sistemático dos usos permitem desenvolver estratégias para minimizar os usos  
283 perdulários e otimizar a distribuição da disponibilidade hídrica entre os diversos setores usuários.  
284 14- Considerar a Eficiência e Eficácia dos Sistemas que utilizam água em todos os Setores:  
285 Incluindo-se as perdas físicas e perdas por usos não autorizados (ligações clandestinas). Articular  
286 os desdobramentos deste pressuposto com os entes que possuem poder de polícia. 15- Indução de  
287 Boas Práticas nos Projetos: O processo de outorga pode e deve privilegiar, sempre que possível,  
288 as alternativas mais eficientes e eficazes no uso das águas, de sorte a otimizar a disponibilidade  
289 hídrica no território. 16- A cobrança de direito de uso da água deve levar em conta o princípio  
290 do Usuário-Pagador de forma a estar baseada preferencialmente na vazão efetivamente captada  
291 ou lançada: Ou seja, evitar-se casos de cobrança total da vazão outorgada, antes mesmo da  
292 implantação ou operação plena do sistema de captação ou de lançamento (implantação  
293 sequencial, entre outros). A seguir com o item 2 - Informes - item 2a - CNRH - Conselho  
294 Nacional de Recursos Hídricos - mandato atual das Câmaras Técnica, do CNRH vencerão em  
295 junho e julho de 2018. A conselheira Maria Cristina informou que participou da reunião do  
296 CNRH, última ocorrida, e que se discutiu a titularidade nos assentos do CNRH. Para o mandato  
297 seguinte o DF ficou com a titularidade e o Paraná com a suplência. Ressaltou a importância de  
298 lutar para que haja uma representatividade maior, em número de vagas, para os comitês  
299 regionais, pois os órgãos federais detém a maioria, mas onde as políticas vão ser definidas nos  
300 comitês. O item 2b - CBH - PARANAÍBA - Ofício Circular 031/2018-DIR "Visando garantir  
301 água em quantidade e qualidade para a bacia hidrográfica do rio Paranaíba, o Comitê solicita  
302 apoio ao Conselho de Recursos Hídricos por meio da aprovação de uma moção dirigida a  
303 Agência Nacional de Aguas manifestando apoio o pleito do CBH Paranaíba. Segue anexa  
304 Proposta de moção". Item 2c - CBH - PARANAÍBA Ofício Circular 033/2018-DIR  
305 "Regulamentação do Repasse de 7,5 % da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos  
306 Hídricos e Definição de custeio (15%) e investimento (92,5%). Solicitamos ao Conselho de  
307 Recursos Hídricos que também apresente estas demandas para discussão no âmbito do CNRH".  
308 Em ambos os itens foram suscitadas dúvidas jurídicas sobre a pertinência do pedido e ficou  
309 deliberado que fosse encaminhado para análise e emissão de parecer do jurídico da SEMA.  
310 Vencida a pauta e nada mais havendo a tratar a presidente encerrou e a reunião. Esta Ata após  
311 lida e assinada será publicada o seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

312  
313  
314  

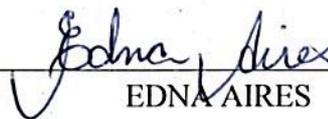
---

ANDREA VULCANIS  
SEMA/DF

---

MARIA CRISTINA COIMBRA MARODIN  
SEMA

---

EDNA AIRES  
SEGETH

---

JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO  
SEAGRI



---

ANÁLDA LIMA DOS SANTOS  
SES-DF

---

DAIANE MALAMIM CORREIA  
CEB



---

ANA PAULA DIAS DE C. M. PESSOA  
FIBRA



---

JOSÉ BRILHANTE NETO  
CBH-PRETO

---

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ  
FÓRUM de ONGs

---

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO  
SINESP JOSÉ

---

MARIA DO CARMO M. CEZAR  
CAESB



---

GEOVANI MULLER  
SRDF



---

TEREZINHA LIMA  
ÚNICA



---

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR  
UnB

